

O MANIFESTO ANTIADULTISTA

Por Alexanthropos Alexgias (17 años)



Dedicado a Né, polo seu inestimável apoio e colaboraçom na redaçom deste fanzine.

Dedicado aos meus compas da Distribuidora Polaris, em especial a F., a J. e a A., pola sua ajuda, colaboraçom, críticas e comentários sobre este fanzine.

Dedicado às minhas também compas I. e S., por ajudar-me a acaba-lo.

Dedicado a todo aquele ou aquela que luite activamente contra todo tipo de discriminaçom ou opressom. Apoiémo-nos mutuamente e venceremos. ¡Na coordinaçom está a força!

Por último, dedicado a ti, que tes este fanzine nas tuas maos, o qual é sinal de que te interessa ou te preocupa este tema em concreto. Espero que os meus argumentos resulten do teu agrado.

Nota: Ese fanzine está escrito em galego reintegrado. Nom é galego normativo, assi que contem elementos nom presentes nesse tipo de gramática (coma o empregue do acento cirunflexo, da dobre s...). Por outro lado, como é óbvio, tampouco é português, co cal engadim palabras nom existentes nesse idioma (sinxelamente, ceive...) e omitim fonemas desta língua nom existentes em galego (persoas em lugar de “pessoas”, próprio em lugar de “próprio”...)

Nota 2: Como dim algunhas persoas intelectuais, a linguagem condiciona a transmissom de ideias. Por isso, este fanzine foi escrito empregando um sistema de género neutro nom discriminatório (empregando a letra “x” como genérico, em vez de “a” ou “o”). Se bem a leitura pode ser, inicialmente, um pouco pesada para a gente nom afeita, confio em que este pequeno detalhe nom vos impida entender e reflexionar sobre a mensagem central do texto.

Nota 3: Procurei pôr junto às fontes o documento web, se o houver, de onde saquei a informaçom. Pido desculpas por adiantado se no momento de ler o zine algum desses sitios já nom estivesse operativo.

Índice

Prólogo

1. O adultismo e o adultocentrismo

2. O adultismo e as outras formas de discriminação

3. A origem do adultocentrismo em Ocidente

4. O fator político-económico do adultocentrismo, ou como somos propriedade dos nossos tutores e do Estado

5. A alternativa educativa: ensino livre e paidocentrismo

Epílogo

Prólogo

Este texto foi escrito coa intençom de abrir os olhos e conscietizar às minhas companheiras e companheiros, amigos e amigas, acerca dum tipo de discriminaçom mui presente nas nossas vidas e que, com todo, tende-se a esquecer: a da gente adulta contra a gente jovem. Ou o que é o mesmo, o **adultismo**.

Muitxs adultxs e, talvez, muitxs de vós, pensedes que este tipo de discriminaçom é umha parvada e umha desfaçatez; à fim e ao cabo, som xs adultxs xs que ponhem os cartos sobre a mesa, xs que trabalham para manter-nos, xs que nos mantemem durante a nossa infancia e adolescência e xs que, vaia, educan-nos e cuidan-nos, se hai sorte, com amor. Parece natural que sejam elxs xs que nos tutorem e que, a câmbio da sua retribuçom económic, tenhamos que seguir sem rechistar as suas ordes e mandamentos.

Porém, nom hai que deterse muito tempo para comprobar que este preço é descomedido. Xs adultxs, respaldadxs polo sistema sociopolítico, económic e legal que criaram, decidem, dende que nascemos, a religiom que devemos profesar, os roles de género que devemos seguir, a roupa que devemos empregar, etc., ao tempo que impedem-nos a independência física e económic, mediante tretas legais como a maioria de idade ou a patria potestade, as quales explicarei neste fanzine.¹

Dito de outro jeito: xs adultxs e o seu sistema convertem-nos na sua propiedade privada, até que alcancemos a idade suficiente como para ter podido moldar a nossa visiom do mundo em base à sua (incluindo os seus tópicos e prejuízos) e aproveitando-se disto a própia maquinaria do Estado para legitimar-se e perpetuar-se no tempo em base do adoutrinamento que leva a cabo determinando a obrigatoriedade dumha educaçom autoritária.

¹ Todo isto provoca, dito seja de passo, umha crise ao comenzo da adolescência na que o filho ou a filha rebelam-se contra a autoridade das suas maes e pais, o qual crea um clima de conflito e mal-estar dentro da mesma família.

O meu objectivo, denantes de que a gente maior me endiabre, nom é tanto gerar odio contra xs adultxs coma, simplesmente, demostrarlhes axs adolescentes, crianças, jovens e a todo aquel ou aquela que me quera ler como, cada dia, somos discriminadxs polo modelo de sociedade adultocéntrica imperante. Juntxs podemos criar umha sociedade distinta, umha sociedade na que nom exista dominaçom nem poder coercivo. Até entom, podemos e debemos lutar por ela, abrindo os olhos ante comportamentos escandalosos coma os que vem-se neste texto, pelejando contra eles e contra xs que os fomentam e apoiando-nos mutuamente, entre xs discriminadxs por idade e todxs xs discriminadxs por qualquera questom en geral. Queda-nos um largo caminho, assi que, polo pronto, disfrutade deste fanzine e que gostedes.



1. O adultismo e o adultocentrismo

Bem, gostaria de começar este manifesto dando resposta às duas perguntas básicas nas que se fundamenta: **O que é o adultismo e o que é o adultocentrismo.**

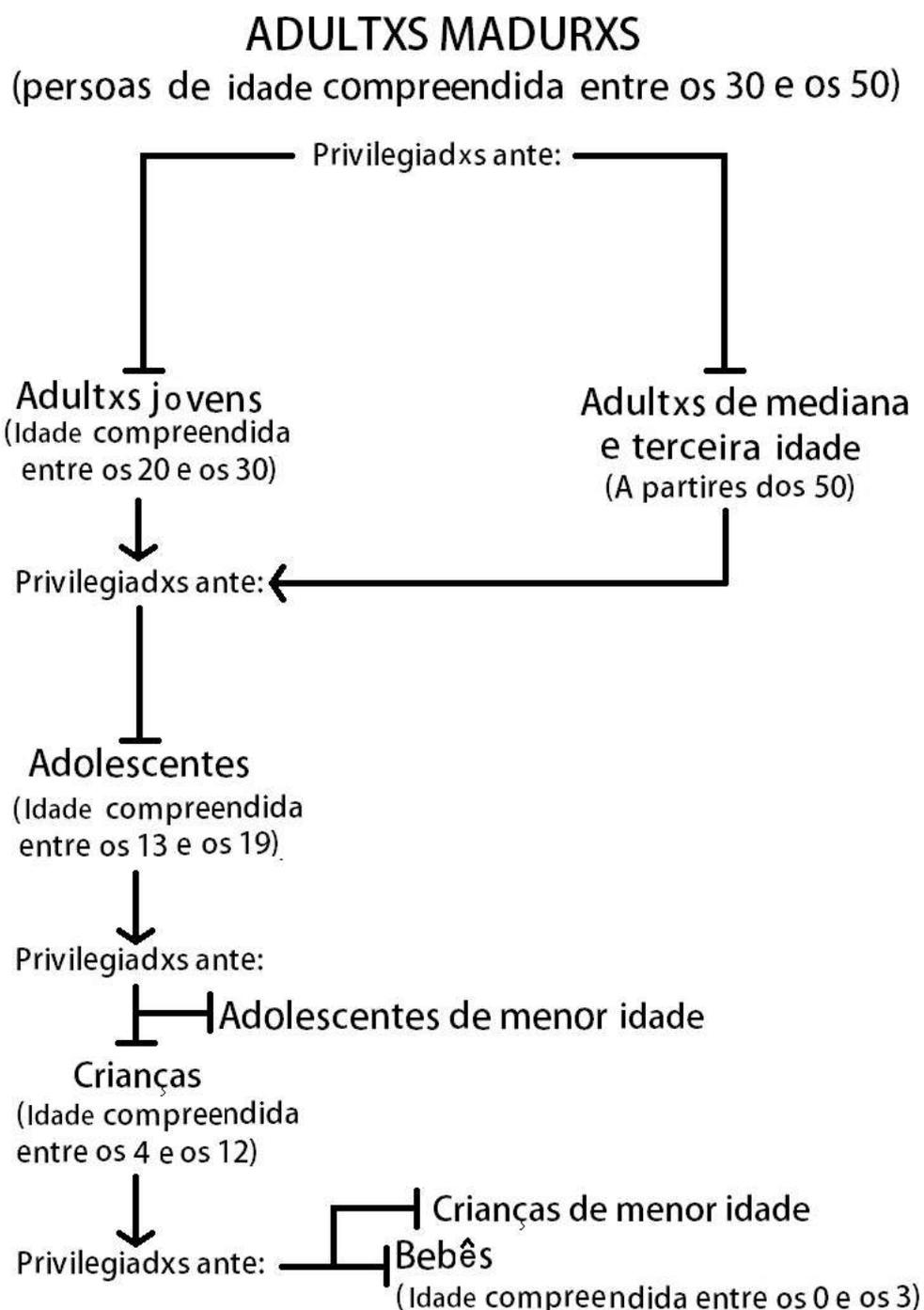
O **adultismo** é un tipo de discriminação por idade (chamada genéricamente “*etarismo*” ou “*idadismo*”) que define-se coma a discriminação levada a cabo polxs adultxs contra xs jovens. Parade-vos a pensa-lo uns intres: quantas vezes impuxerom-vos ideias, pontos de vista, maneiras de ser e de se comportar... simplesmente polo feito de ser *crianças*? Quantas vezes derom por sentado que, em igualdade de condições, umha pessoa de mais idade é mais inteligente ca vós? Quantas vezes obrigarom-vos e ensinaram-vos a guardar respeito ou acatar a autoridade dxs vossxs maiores... polo simples feito de ser maiores!? Acho que muitas. Estes som, pois, exemplos de comportamentos adultistas.

Por outra parte, o **adultocentrismo** é o sistema no que se enquadra a lógica do adultismo. É dizer, é a construção hierárquica mediante a qual, xs adultxs (e, mais em concreto, xs adultxs de entre 30 e 50 anos) som o *centro* da sociedade, a qual está construída em base aos seus termos, ideias, prejuízos e tópicos.

Cabe dizer que, chegada a essa idade, coa ideia de *sentar a cabeça*, formar umha família e assumir outras obrigações auto-impostas socialmente, certo setor dentro dxs adultxs volve-se notavelmente mais conservador, descarta os seus ideais de juventude ou suaviza bastante o seu espírito de luta. Isto, unido ao feito de que entram na idade na qual os seus privilégios maximizam-se, fai que a discriminação sofrida polxs jovens mantenha-se e perpetue-se no tempo. Curiosamente, esta forma de *idadismo* nom é a única que se impom, pois também admite-se o rexeitamento às pessoas de mais de cinquenta anos, considerándo-as inúteis ou ineficientes em relação ao trabalho de pessoas mais jovens ou, se já nos vamos à terceira idade (mais de 65 anos),

parte-se diretamente da base de que têm as qualidades mentais mermadas, são diminuídas fisicamente, não têm relações sexuais e morreram relativamente pronto (a todo isto, conhece-se-lhe com o nome de **gerontofobia**).

A continuação, deixo um gráfico no que creio ilustrar dum jeito sinxelo o que é o adultismo tal e como o vejo eu. Cabe dizer que estas idades são, evidentemente, aproximadas:



Talvez vos chame a atençom o feito de que considere que xs adolescentes e as crianças temem privilégios respeito axs seus/suas companheirxs de menor idade. Sem embargo, paradevos a pensar se, realmente, nom hai diferenças a olhos da sociedade em quanto ao que poda dizer umha nena de 5 anos ou o que diga um de 10, ou respeito ao que te diga um adolescente de 14 ou umha de 18. Nom se pode negar que, postxs em igualdade de condiçoms, a opinióm do ou da maior tende a pesar mais. ¿Por que? Simplesmente, porque parte-se da falsa premissa de que umha pessoa de menor idade tem umha experiéncia menor ou menos valiosa que a dumha pessoa adulta. Por outra parte, as persoas de mediana e terceira idade também som privilegiadas fronte axs adolescentes porque, apesar de que também som tratadas com desdém polxs adultxs madurxs, estxs lhes reconhecem uns direitos que nos negam axs adolescentes (por exemplo, ao voto, à conduçom, à independéncia económica...). Por outra parte, em quanto axs bebês, se bem nom temem consciéncia em quanto aos seus atos nem responsabilidades fronte aos mesmos e som mais consentidxs que as crianças, mantem umha dependéncia absoluta de seu pai, da sua mae ou do seu tutor ou tutora, coa falta de consciéncia implícita do que estam a fazer em torno a el ou a ela; se bem, a dependéncia alimentícia e de cuidados é natural, isto também adoita implicar que se tomem decisoms no nome do indivíduo em base aos desejos da sua mae e do seu pai (religiosas, estéticas, etc.) ilegítimas, mais ainda ao nem sequer poder protestar coherentemente na sua contra.

O adultismo manifesta-se de diversos jeitos no que vem sendo o conjunto da sociedade. Muitos deles os tenemos tan interiorizados (coma no caso de discriminaçoms a outros grupos minusvalorados) que, diretamente, já nom nos decatamos ou as deixamos correr quando sucedem. Porei uns quantos exemplos:

Negar a tua liberdade de eleiçom, ponhendo-te pendentas ou batizando-te numha religiom determinada sendo um ou umha bebê, ou proibindo-te ir a certos lugares ou empregar certo tipo de roupa é adultismo.

Dizer que és caprichosa/o, por negar-te a fazer, comer ou pensar determinadas cousas que a um/ha adultx nunca se lhe reprochariam, é adultismo.

Negar-te respostas, ou mentir-te, respeito a perguntas básicas sobre sexualidade, política ou religiom por *nom ser suficientemente madura/o*, isso é adultismo.

Negar a tua sexualidade e a tua liberdade sexual em base ao estabelecido coma políticamente correto e atribuindo-o à tua juventude, é adultismo.

Explorar-te debido à tua mocidade em base a contratos-lixo, de trabalhador/a em práticas, “para ganhar experiênciam” ou similares, e adultismo.

Partir da base de que xs jovens somos un/mhas vândalxs, drogaditxs, alcoólicxs e sujxs e refleti-lo assi em multitudine de películas, series ou nos próprios meios de comunicaçom, isso é adultismo.

Legitimar o castigo físico contra umha persona nova, cousa que jamais se faria para cumha adulta, isso é adultismo.

Obligar-te a atuar dumha determinada maneira, imponhendo-se o critério do/a adultx em questom mediante a força e nom mediante a raçom, é adultismo.

Negar-nos direitos de todo tipo, sendo seres humanos com mente humana, corpo humano e capacidade de pensar, decidir e sentir... isso é o que é o adultismo.



2. O adultismo e as outras formas de discriminação

Por outro lado, a discriminação por idade não só acarreta esse tipo de discriminação em si. A relação entre adultismo e as discriminações por sexo, orientação sexual ou cor de pele (por dizer algumas das mais comuns), não é inexistente; de facto, em boa medida as umas existem porque existe a outra.

Não vou chegar ao ponto de dizer que *toda* a culpa da existência de racismo, sexismo ou homofobia seja culpa *exclusivamente* do adultismo; ao fim e ao cabo, poderia dar-se, em teoria, um marco em que estas “fobias” não existissem dentro dum marco de educação adultocêntrica e autoritária. Não obstante, a relação existente entre uns e outros tipos está, actualmente, muito marcada. ¿Por que? Porque somos os adultos e as suas infraestruturas (TV e derivados, maiormente), o veículo de transmissão de ideias reaccionárias às crianças.

Por exemplo, apesar dos últimos avanços em quanto à questão da homossexualidade em Ocidente, segue a se considerar que o “normal” é que um rapaz goste dumha rapaza (e vice-versa), ou que deve de se comportar dumha maneira específica seguindo um rol específico em função de se tem pênis ou vagina (não se espera, socialmente falando, dum menino que jogue com bonecas ou leve saia, mas sim que goste do futebol e dos

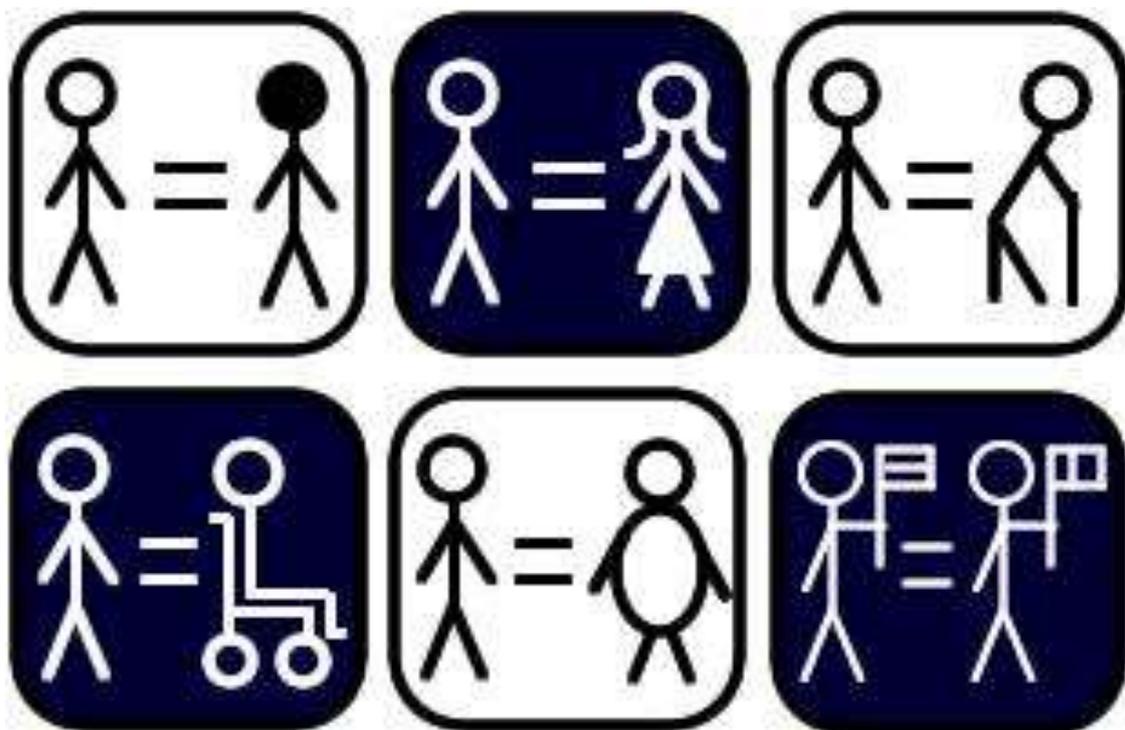
carros) e, em base a todo isso, educa-se-lhe em consecução. Sendo assi, é normal que a um neno se lhe pergunte se gosta dumha rapaça (nem falemos de engadir “ou um rapaz”), mentres que no caso dumha rapaça é bastante menos habitual que se lhe faça esa pergunta. Já na adolescência, umha mulher vai estar muito mais estritamente vigiada, polo geral, em quanto ao tema sexual do que un homem estaria, dado o machista protecționismo de familiares e o absurdo temor de que um dia a rapaça em questom chegue a casa embaraçada. Ainda que de maneira direita se repudiasse, persiste na mentalidade ocidental a ideia de que umha mulher deve permanecer casta e virgem o maior tempo possível, mentres que o homem segue a ter predominância sexual, puidendo disfrutar do seu corpo (de jeito heterossexual) coma a el lhe praça, sem temor a que o acusem constantemente de “puto”, “fresco” ou “guarro” nem de que o acosem polo seu físico na rua, em casa ou no seu trabalho.

Por outro lado, mantem-se a ideia de que as “desviaçons sexuais” (entendendo por estas todas aquelas que se alongem da ideia de heterossexualidade monógama) devem ser agochadas por temor ao escárnio público e ao “que diram”. É por isso que persistem ideias coma a de “sair do armário” em quanto axs homossexuais (quando numha sociedade realmente aberta esse “armário” **nom deberia existir**) ou que se considere que umha relaçon de parilha nom monógama (aberta, poliamorosa, etc.) nom pode ser umha relaçon “séria”. Todos estes tópicos discriminatórios som, naturalmente, inculcados à gente nova dende o seu nascimento.

Assi pois, também nesta etapa da vida geram-se outras formas de discriminaçon nom tam estandarizadas, pero igualmente daninhas para quem as sofre; por exemplo, as baseadas no aspecto físico, como pode ser estar gorda/o, ser baixinho/a ou ser menos inteligente que a meia. Em quanto às humilhaçons originadas nestes tipos de discriminaçon, cabe denunciar a participaçon activa dos meios de comunicaçon de massas, que fam-nos ter umha imagem estética, estereotípica e ideal amosando-nos como devemos ser, gerando, por outra parte complexos e depresions evitáveis. Por exemplo, quando em televisom metem-se

constantemente coxs personagens gordxs, num serial ou no que seja, esta-se-lhes a transmitir às crianças a ideia de que *xs gordxs som despreciáveis* e que é lícito meterse com elxs; co qual, provavelmente algum/ha criança sen demasiada madurez mental comeze a acosar, a rirse ou a insultar axs seus/suas companheirxs gordxs. O mesmo ocorre com personas de etnias e cor de pel diferente às maioritarias do país.

Estes problemas, e muitos outros, originam-se em parte ao se conceber a “família” como um núcleo duro e fechado, formado polo pai, a mae, e xs filhxs, com poder absoluto e despótico dxs doxs primeirxs sobre xs segundxs, e do primeiro (tradicionalmente) sobre a segunda, todo isso avalado pola lei. A continuaçom, pasarei a describir, dumha maneira breve, como evolucionou o conceito de “família”, de “adultx” e, naturalmente, o sometemento da mocidade à adulez.



3. A origem do adultocentrismo em Ocidente

Malia o que pensedes, pois esta também é umha mentira mui difundida, o adultocentrismo nom existiu dende sempre. Houvo, e ainda hai atualmente sociedades nas que xs adultxs nom tenhem os privilégios e presunçons de superioridade dos que gozam na nossa sociedade. Na maioria das sociedades indígenas actuais, como podem ser xs ianomamis ou xs bosquimanxs, a maioria de idade estabelece-se coa chegada da puberdade, em parte, todo seja dito, pola sua maneira diferente (ou directamente inexistente) de contar o tempo. No caso dxs ianomamis, concretamente, a pesar da divisom do trabalho por sexos (sendo os homens cazadores e as mulheres recoletoras e agricultoras), achamos que as crianças ajudan às suas maes nas tarefas dende o princípio, excluindo-os dos trabalhos mais pesados; nom assi nas reunions, pois xs ianomami viven num sistema carente de líderes e nas suas assembléias (onde resolvem os problemas por consenso), todo o mundo pode participar, incluíndo às crianças.² Se bem, a cultura ianomami é criticável por patriarcal, esta é umha característica mui salientável da mesma.

Outro exemplo que se pode pôr é o dxs inuits ou esquimós, xs quales, vivendo numhas condiçõs extremas em quanto à temperatura e o entorno, criam mui afetosamente axs seus/suas filhxs, fazendo-lhes entender e asumir a sua responsabilidade dende pequenxs, sem excluílx de nengumha maneira do mundo adulto.³

Agora bem, a génese do adultocentrismo é um tema sobre o que se poderia escrever muito, dado que, já só na nossa sociedade,

² Extraído da ONG Survival International, dedicada à proteçom dos povos indígenas.

(http://www.survival.es/indigenas/yanomami/modo_de_vida)

³ *Estudio etnográfico-exploratorio sobre los patrones culturales de crianza en la niñez entre los docentes y padres en tres escuelas de la ciudad de Mérida*, página 98 (D. Gonçalves y F. Franco, Universidade dos Andes, 2010)

(<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/30874/1/articulo4.pdf>)

tem mais de 2000 anos de história. Intentarei fazer um breve resumo: basicamente, a meirande parte dos nossos códigos de leis e do nosso Direito, en geral, provenhem do Direito Romano. No Direito Romano, no qual se basea toda a legislação actual de Ocidente, impujerom-se tres conceitos mui importantes, no que se refere à dominação por parte dxs adultxs à mocidade. Esses três conceitos venhem a ser, a saber, a *pátria potestade*, a figura do *pater familias* e a **maioría de idade institucionalizada**.

Os dous primeiros som conceitos mui relacionados estreitamente, pois som a génese da autoridade paterna. Así pois, dende o descobremento da paternidade (o qual, presuntamente, chega no Neolítico coa observação de que as fémias de animais gandeiros nom pariam se nom mantinham sexo cum macho da sua espécie), comezarom-se a trazar vagamente os primeiros rasgos da família patrilineal, é dizer, a família baseada na descendência e agrupada em torno à figura do varom, sendo adotados por herança os direitos e privilégios de aquilos no sistema patriarcal nascente⁴.

Este sistema de organização parental atopou o seu zênite no Imperio Romano, que já por influência helénica acrescentara os seus rasgos androcentristas, é dizer, aqueles nos que o varom ocupaba o lugar dominante. A figura do *pater familias* é a extensom lógica desse androcentrismo: é o sometimento da mulher e xs filhxs ao pai-chefe da família, sendo este um cidadam livre do Estado romano. Em quanto ao que dizemos ao respeito, o pai tinha um poder absoluto sobre xs seus/suas filhxs, até o ponto de que podia decidir sobre a sua vida ou a sua muerte no momento de nascer, ou incluso vende-lxs como escravxs.

A este poder do *pater* sobre xs seus/suas filhxs, legitimado polo Estado, conhecia-se-lhe (e ainda conhece-se-lhe na actualidade) com o nome de *pátria potestade*. Mediante a pátria potestade,

⁴ *Género masculino: Buscando al padre en la literatura* (María A. Banchs, 1999)

(http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/maria_banchs/genero_masculino_buscando_al_padre.pdf)

qualquer menor de idade é reconhecido como propriedade privada do seu pai e de sua mãe (umha vez relaxada a autoridade do *pater* com a institucionalização do cristianismo), no sentido de que elxs têm, legalmente, o poder total sobre as nossas vidas; podem decidir dende a roupa que devemos levar ao que devemos comer, pasando por decidir o nosso batizo numha religiom determinada, o nosso jeito de nos comportar e de pensar (censurando mediante a força as nossas ideias se vam emn contra das suas) ou, em casos extremos, o que debemos estudar e o curso que devem seguir as nossas vidas no futuro. Evidentemente, como já dizem, dende os tempos do Estado romano esta autoridade viu-se rebaixada e, por fortuna, já nom nos podem mandar asasinar nem vender coma escravxs, pero a autoridade paterna-materna segue vigente e em muitos casos, estende-se muito mais alá da maiora de idade, sendo dada mientras o ou a jove sega vivendo na casa dxs seus/suas pais e maes (com o que se demostra, por outra parte, outro dos pilares do adultismo, que é o fator económico). Disto falarei mais adiante.

Assi por último, devemos falar da extinção da pátria potestade, ou o que é o mesmo, da **maioria de idade**. A maioria de idade é o instrumento que asegura a autoridade dxs pais e maes sobre o ou a filhx ainda a idades incongruentemente altas (em Irlanda ou em alguns estados de U.S.A., por exemplo, esta continua situando-se nos 21 anos), sendo, polo tanto, um instrumento de opressom que obedece mais a intereses político-económicos que à pesquisa dumha autonomia real do indivíduo. Está amplamente relacionada cos romanos, pois, dada la importancia do seu Direito, o feito de que a legislaram como o fixerom, influiu de jeito evidente na evolução da dependência parental ao longo dos séculos, ademais da autoridade do pai, claro. De feito, a maioria de idade aos 18 anos (sendo ainda assi mui criticável em quanto à imposição de travas legais à obtenção da autonomia do indivíduo) nom é senom umha diminuição da maioria de idade instaurada polos romanos e mantida durante as Idades Média e Moderna. Imos ve-lo:

Na maioria das sociedades europeas prerromanas, a maioria de idade alcançava-se com a capacidade do indivíduo varom para poder portar armas⁵ (coa notável excepçom da Antiga Grécia, onde a maioria de idade alcançava-se aos 21 anos em Atenas e aos 30 em Esparta, tras um processo de adoutrinamiento estatal educativo-militar⁶); no Direito Romano mantevo-se inicialmente esta linha de divisom por idade, que em princípio devia-se mais à tradiçom que a intereses político-patriarcais. Nom obstante, mediante a instauraçom da *Lex Plaetoria de minoribus* sobre o 200 a.n.e.⁷ passou a se crear umha nova categoria de minoria de idade para os varons, entre a puberdade (12-15 anos) e os 25 anos, na que o indivíduo era punível ante a lei pero com atenuantes e, basicamente, nom podia dispor de todo o seu patrimônio, ao ter-se substituído a figura do tutor (responsável da pessoa e do patrimônio do pupilo, ou o que é o mesmo, responsável de maneira política e económica) pola do curador (responsável do patrimônio do pupilo, de maneira so económica), sendo este, geralmente, o *pater*.

Sendo que ao princípio a eleiçom do curador recaía no próprio menor só para assuntos específicos, posteriormente decretou-se a figura do curador como permanente até a maioria de idade, convertindo-se assi isto num precedente no que se basearia boa parte da legislaçom posterior e como estandarizaçom da escusa (a incapacidade de administrar o patrimônio) para aumentar o controle dos adultos sobre os menores; se bem, isto traía algumas vantagens económicas para o pupilo (como a restituçom íntegra dos seus bens se era estafado a espaldas do

⁵ *Estatuto jurídico del menor: Evolución histórica*. (Luis Manuel Rodríguez Otero, 2013)
(<http://trasosdigital.files.wordpress.com/2013/06/articulo-mayoria-de-edad1.pdf>)

⁶ Informaçom extraída de
<http://www.portalplanetasedna.com.ar/grecia9.htm> (página web argentina dirigida à difussom da Historia Universal).

⁷ *Antes da nossa era*. É um sistema de contabilizaçom anual desprovido de tintes religiosos.

curador (*Restitutio in integrum*)⁸, a dependência económica e a opressão subsequente era óbvia. Escrevim em masculino todo este parágrafo, pois as mulheres estavam submetidas a tutela permanente até a maioria de idade, por parte do pater ou de quem estiver estabelecido por via testamentária⁹ e, obviamente, não tinham direito a dispor da sua vida nem do seu património com completa liberdade.

Tra-la caída do Império Romano de Ocidente, como já comentei, a autoridade do *pater familias* relaxou-se bastante; não obstante, a alta idade para alcançar a maioria continuou sendo um padrão nas antigas colónias romanas, com altibaixos em quanto ao número concreto de anos para alcançá-la, mas mantendo em geral o sistema romano de divisões de idades post-*Lex Plaetoria*, em maior ou menor medida, durante toda a Idade Média e a Moderna. Assim, chegamos aos tempos da Revolução Francesa, que também seria revolucionária em quanto ao direito; no que nos ocupa, podemos dizer que o maior cambio que encontramos na desaparecimento da categoria de idade ideada na *Lex Plaetoria* em quanto à etapa do curador, estabelecendo-se uma fusão entre a maioria de idade civil e a económica, situando-se esta em torno aos 21 anos. Cabe destacar o feito de que, em Espanha, dum jeito aparentemente fortuito, estabeleceu-se a maioria de idade aos 23 anos no primeiro Código Civil, em comparação com grande parte de Europa, cujas cópias do Código Civil Napoleónico incluíam o estabelecimento da maioria de idade aos 21. Em Espanha, este rasgo terminaria-se adaptando finalmente em 1940¹⁰.

⁸ *Derecho Privado Romano*, Antonio Ortega Carrillo de Albornoz. Página 88.

⁹ *Tutela y curatela*, Universidade Interamericana polo Desenvolvimento. (http://moodle.unid.edu.mx/dts_cursos_md1/LIE/DE/DR/DRS06/DR06_Lectura.pdf)

¹⁰ *Estatuto jurídico del menor: Evolución histórica*. (Luis Manuel Rodríguez Otero, 2013) (<http://trasodigital.files.wordpress.com/2013/06/articulo-mayoria-de-edad1.pdf>)

Finalmente, nas últimas três décadas do século passado, começou a se questionar no seio do poder legislativo europeu se se devia rebaixar a maioria de idade, dada a avançada idade à que se adquiria. Assim pois, progressivamente, foi-se instaurando a maioria de idade em 18 años na maioria de países europeus (salvando exceções como Irlanda) e traspassando esse conceito jurídico às antigas colônias, de maneira que os 18 anos uniformizaram-se em boa parte do mundo como idade a partir da qual se é “responsável”. Cabe destacar o fato de que a diminuição da maioria de idade favorece aos sistemas imperantes nas democracias europeas ocidentais, dada a abertura dum novo mercado de eleitorxs e de consumidorxs com poder legal.

Cabe dizer, por outra parte, que, atualmente, o cargo de curador ideado com a *lex Plaetoria de minoribus* aplica-se, pelo menos em Espanha, aos menores emancipadxs; é dizer, aqueles que por circunstâncias especiais se lhes permitiu separar-se dxs seus e suas maes e pais mas seguem sendo demasiado “inmadurxs” para dispor de total liberdade económica; a não ser que estén casadxs cum ou umha cónjuge maior de idade, em cujo caso só se necessitará o mutuo acordo da parelha.

Também gostaria de fazer umha breve menção à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, um tratado da ONU no que, por primeira vez, põem-se ao mesmo nível, legalmente, a menores e adultxs. Se bem, houve um avance importante ao se realizar umha convenção (pelo tanto, em teoria, de obrigatório cumprimento) na que xs menores som vistxs como *sujeito* e não como *objeto* da lei, segue obviando a lógica adultocêntrica criada pelo sistema de leis e o paternalismo existente respeito aos mesmxs menores, inerente a todos os Estados; obviando ademais o feito de que os esforços por cumpri-la som, em muitos casos, absolutamente insuficientes e ineficientes e adoitam-se subordinar ao *status quo* dos mercados capitalistas (veja-se a enormemente extendida prostituição infantil dada no Sueste Asiático ou, por poner um exemplo mais próximo, o fato de que, a princípios

deste ano, um 33'8% dxs menores españois/las estivessem em risco de pobreza ou exclusom social¹¹).



Queria concluir este capítulo cumha última reflexom a título persoal acerca da maioria de idade. E é que, realmente, ¿tem esta sentido? Certamente, num mundo de adultxs avariciosxs e de control da juventude por parte da madurez, pode ter certa lógica como fator de proteçom e disuassom em quanto a assuntos económicos, pero isto é algo inerente ao sistema no que vivimos, e nom à inmadurez da mocidade. O certo é que a maioria das travas do límite de idade som hipócritas e ridículas na maioria dos casos, amén de contraditórias; considera-se, por exemplo, à juventude como más “influenciável” e por isso se lhe nega o direito ao voto, obviando axs adultxs que votam por inercia ou de jeito irresponsável ou aquelas eleiçoms antes mencionadas nas que, por interesses políticos, deixa-se votar axs maiores de 16 anos¹² - vejam-se os referéndums de independência de Catalunya e Escócia -. Por outro lado, proibiçoms legais como as da conduçom ou o consumo de alcohol ou tabaco som o colmo da falsa moral e da hipocrisia. ¿Por que um ou umha menor de idade nom pode conduzir se, de todos os jeitos, teria que se sacar a

¹¹ “Uno de cada tres menores españoles vive en riesgo de pobreza”. El Mundo, 29/01/2014

(<http://www.elmundo.es/comunidad-valenciana/2014/01/29/52e3af2022601d91018b4575.html>)

¹² Contradizendo, por outra parte, a lógica da maioria de idade, pois ¿nom se é, em teoria, incapaz de obrar a essas idades?

caderneta para fazê-lo, passando exames e conduzindo medianamente bem para aprovar? ¿Quem es tu para decidir se é válido que um ou uma adolescente não beba (coisa que fará se o desejar, igualmente), enquanto tu podes ser uma ou um alcoólico incorrigível? Se querem que a gente não consuma drogas, que deixem de as anunciar e intensifiquem as campanhas em contra do seu uso, mas que não apliquem critérios de dobre moral deixando a uma parte da população excluída.

Para mim, a capacidade de obrar (a qual, presuntamente, os menores não temos) emana da *vontade* do indivíduo de obrar e da consciência de autodeterminar-se como indivíduo independente, não dum ou uma coisa, e não dumha ridícula divisão cronológica. Esta nem sequer foi desenhada para evitar os desmandos económicos contra a mocidade, pois não esqueçamos as brutais jornadas laborais que levavam a cabo os e as jovens do século XIX, de horário muito amplo e de salário muito reduzido, mais em comparação com os seus/suas iguais adultos¹³, e que segue a ter perfeita vigência no Terceiro Mundo (onde, naturalmente, a minoria de idade não garante a ausência de exploração). Sou muito consciente de que no marco dumha sociedade autoritária jamais abolira-se a maioria de idade nem os privilégios adultistas, mas isso não é devido a que seja impossível, senão ao que exporei no seguinte ponto:

4. O fator político-económico do adultocentrismo, ou como somos propriedade dos nossos tutores e do Estado

Atualmente, a consolidação da sociedade adultocêntrica por parte do Estado leva-se a cabo basicamente mediante o uso de três instituições: a família, a escola e o reformatório.

¹³ Por poner um exemplo, na França de 1840, um homem maior de 16 anos cobrava diariamente de média 2 francos; uma mulher cobrava 1 franco, um ou uma criança de 8 a 12 anos cobrava 0,45 francos e um ou uma adolescente de 13 a 16 anos cobrava 0,75 francos. (*Enciclopedia del Estudiante, Tomo 7: Historia Universal*. Página 231).

Respeito à família, como já comentei no capítulo anterior, **somos, de facto, propriedade privada dxs nossxs pais e maes.** ¿Que quero dizer com isto? Nom me refiro mais que ao feito de que, ao nascer em o seio da família que formarom, tenham absoluta potestade legal, como já vimos, para decidir o que se lhes antolhe com respeito à nossa vida, coma menores de idade e dependentes deles económicamente que somos. Já nom é só o feito de que, nos anos nos que somos mais indefensxs (etapa de lactância e primeira infância) decidam a nossa futura religiom e nos eduquem baixo uns roles de género determinados, por exemplo; é já que, mediante o mantemento da já mencionada *patria potestade*, umha vez que maduramos e podemos-nos afirmar coma indivíduos independentes, segue-se-nos a atar mediante innumeráveis travas legais, económicas ou políticas axs nossxs tutorxs, de maneira que estamos con elxs mais tempo do que talvez quereríamos. Se bem, últimamente estabelecerom-se umha série de métodos polos que um ou umha menor podem denunciar axs seus/suas tutorxs ou, incluso, emancipar-se (prévio estabelecemento de curatela), estes nom se caracterizam pols sua efectividade, pois, dado o carácter temporal da sua opressom e o feito de que, se triunfa a denuncia, o Estado os pode enviar a un sítio tam sumamente deprimente coma é um orfanato, muitxs menores abstenhem-se de realiza-a à espera de cumprir os 18 anos. Isso, sem contar os casos denunciados e que nom chegarom a bo termo (com as previsíveis represálias por parte dxs tutorxs) ou as defensas adultistas existentes, coma o Síndrome de Alienação Parental.¹⁴

Por outra parte temos a escola, instituiçom onde, desde a nossa etapa coma bebês e crianças, impom-se-nos umha disciplina e

¹⁴ Problema siquiátrico inventado polo doutor R. Gardner em 1985 consistente no feito de que um/ha tutorx induza ao ódio a um dos seus filhos ou filhas contra o ou a outrx tutorx. No caso que nos ocupa, este “síndrome”, calificado por muitos siquiатras coma “seudocientífico”, pode provocar que a opiniom do ou da menor nom seja tomada em conta, e, por tanto, que tenha que seguir vivendo obrigatoriamente com xs seus/as tutorxs. Para mais informaçom:

<http://www.alienacionparental.org/resumen.pdf>

ensina-se-nos a nos hierarquizar, devendo tratar axs professorxs coma umha autoridade que deve amosar-nos o que está bem e mal, segundo as pautas dadas polo Estado, e a nos ensinar conhecimentos impostos de diversos temas. Se bem, num princípio, estes conhecimentos dam-nos umha teoria necessária para nos desenvolver no nosso entorno, ensinando-nos a falar, ler, escrever ou fazer operaçõs matemáticas básicas, quanto mais medra o indivíduo, maior é o conhecimento imposto a aprender e menos imprescindível resulta (e de todos os jeitos, a necessidade de aprender esses conhecimentos básicos nom implica a necessidade dumha organizaçom hierárquica para imponhe-los).

Como digo, quanto mais medra o indivíduo, mais se lhe impom. Assi, na etapa da educaçom primária (7-12 anos) na que o adequado seria deixar que os rapaces e as rapazas jogassem, se relacionassem entre si segundo os seus propios parâmetros sem interferência de adultxs e foram motivadxs para desenvolver as suas capacidades artísticas e aprender aquilo que realmente lhes enche e lhes motiva, em lugar disso, temos a umha legiom de persoas enfechadas nas suas casas fazendo umha cantidade de deveres interminável, quando nom estão estudando para exames onde vomitarão conhecimentos chapados (que nom assimilados) ou na própria escola, onde perdem cada dia da semana laboral, como mínimo, 5 horas. Eso sem falar de que, se alguma das matérias obrigadas a aprender se lhe da mal, a rapaza ou o rapaz em questom terá que gastar outras tantas horas do seu tempo em aulas particulares. Umha existência assi, subjugada à escola e ao trabalho, é digna dum trabalhador ou trabalhadora do século XIX, e acrescenta-se ainda mais na seguinte etapa da educaçom: a secundária.

Nesta etapa, ademais de continuar com a obrigatoriedade da assistência às aulas, o incremento do trabalho fai-se mais notório ainda que durante a primária. Reduze-se o tiempo livre, maximiza-se a cantidade de horas de clase, trabalhos e deveres, aumenta-se a capacidade coerciva do professorado com ferramentas coma os partes de faltas de assistência ou a maior facilidade para expulsar do centro axs alunxs, em concordância

com o espírito rebelde que começam a desenvolver e, em geral, tenta-se manter mais controlado ao alunado.

Ao rematar a educação obrigatória e chegar o ou a alunx à maioria de idade (ou estar às portas), a quantidade de privilégios aumenta ligeiramente respecto axs alunxs de menor idade; nom obstante, a quantidade de trabalho que se deve fazer é também abrumadoramente maior e da-se nuns ritmos e condições enormemente stressantes, sobre todo durante o segundo curso de bacharelato; e que, apesar de resultar este, em teoria, umha especialização respeito aos conhecimentos elidos para aprender (sem deixar de criticar esta especialização em quanto a que da-se dentro dum marco autoritário, adultocentrista e mercantil), seguimos cumha série de matérias obrigatórias impostas a todo o alunado, tendo assi alunxs de ciências obrigadxs a estudar sintaxis e literatura do século XV ou a alunxs de letras obrigadxs a estudar Ciências do Mundo Contemporâneo. Em quanto à FP e à universidade, nom falarei demasiado dado que nom vivim (ainda) a hierarquização e o autoritarismo dado nessas etapas; tan só podó limitar-me a criticar a (ainda maior) mercantilização sufrida nos últimos anos, mais a causa do plan Bolonia, e a sinalar que o autoritarismo do professorado, os meios de coerçom e o estudar para aprobar (que nom para aprender) seguem aí, coma extensom lógica do sistema de ensino obrigatório.

Dito todo isto, se nalgum momento da etapa da educação obrigatória – e ainda na posobrigatória – o indivíduo falha em quanto à realização dos exames, métodos quanto menos duvidosos para avaliar a um\ha estudante, ve-se obrigado a repetir curso, perdendo assi inutilmente um ano da sua vida ao ver-se obrigado a volver a chapar todo o que “aprendeu” o curso anterior. Isto sumado ao feito de que perde contato com xs companheirxs da sua mesma idade, queda atrasado respeito a elxs e ve-se obrigado a aceitar estar rodeado de crianças ou adolescentes mais pequenxs ca él (o qual, polo condicionamento e hierarquização adultocentrista, é sentido de entrada coma algo negativo, pese aos vínculos que podá estabelecer com elxs posteriormente).

Nom pretendo, com todo o escrito anteriormente, condenar a existência da educação, do professorado ou das normativas. Óbviamente, nom se pode organizar um modelo educativo, nem de nengúm tipo, sem umhas mínimas regras de convivência; Simplesmente, queria resaltar a verticalidade e o autoritarismo em quanto à relação professorado-alunado, a criação de normas por adultxs (sem tomar em conta a opinião dxs jovens) e a negação, por parte do sistema em geral, a tomar em conta as ideias dxs educandxs.

Por último temos o reformatório, o cárcere dxs menores de idade. Estes lugares, desenhados para conter à população juvenil “problemática” e “antisocial” (a qual, em boa parte, é gerada polo capitalismo ao dotar dumhas condições de vida paupérrimas às classes baixas das que procedem estxs jovens) som, em teoria, aquelas instituições estatais destinadas a reformar a aquelxs jovens que cometeram delitos, ante a impossibilidade de lhes meter num cárcere real (nom direi que é un benefício da minoria de idade, pois, em ocasiões, son piores que os mesmos cárceres). Nom cómpre dizer que o fato de internar axs jovens nun ambiente violento em geral, com carcereirxs sádics em muitos casos - ainda hoje están começando a sacar leis¹⁵ para controlar um mínimo ao pessoal destas instituições, ante casos tan vergonhosos coma o do reformatório de Tenerife¹⁶ - nom contribui em nada à sua reabilitação; mais bem, em vez de lhes dar aos rapazes e às rapazas que vam parar lá o agarimo ou os recursos negados por

¹⁵ “El gobierno regula por primera vez los reformatorios”. El Mundo, 25/04/2014. (<http://www.elmundo.es/espana/2014/04/25/535a720e268e3e2b688b457e.html>)

¹⁶ Refiro-me às testemunhas de detidxs e familiares de detidxs nos centros de menores de Tenerife, quenes em 2005 declaravam acerca das torturas cometidas polo personal penitenciário, a medicação forzosa à que lhes sometiam e o ambiente violento, degradante e enchido de drogas que se vivia no interior de aqueles sitios. Reportagem “Peor que la cárcel”. El País, 19/06/2005. (http://elpais.com/diario/2005/06/19/sociedad/1119132012_850215.html)

uns/umhes pais e maes deshumanizadxs e/ou de clase baixa, mete-se-lhes num ambiente ainda mais brutal e violento que o que já conheciam (o carcerário), creando, polo tanto, seres humanos brutais e violentos. Nom é umha estupidez pensar que um rapaz encarcerado por furtar ou causar delitos menores poda saír do reformatório coma um potencial toxicômano ou assassino. Tampouco ajuda o feito de que, segundo dados do ano 2006, o 73% dos reformatórios espanhois foram privados¹⁷, convertindo este encarceramento, por se já fosse pouco, nun negócio, com todo o que isso implica (menor qualidade geral de instalaçõs e interesés económicos no encarceramento de novxs jovens).

Assi pois, vimos já as maneiras com as que o Estado legitima a nossa possessom pola parte dxs nossxs pais, maes e do Estado mesmo. Ao meu entender, mantenhem-se atualmente toda esta série de vínculos autoritários para com a gente jovem por, principalmente, três motivos:

1. Considerando a “família” coma a nossa primeira instituiçom e a unidade básica de formaçom do Estado, acostuma-se-nos dende a nossa infância, mediante a criaçom de privilégios para os pais e maes, a *hierarquizar* as nossas relaçõs, entendendo que sempre deve haver alguem por enriba e por enbaixo nossa e beneficiando, polo tanto, à maquinaria vertical estatista. Por isso pode-se dizer que a família é um instrumento de control social.
2. Espera-se, polo tanto, que os nossos pais e as nossas maes favoreçam a implantaçom de ideias favoráveis à maquinaria estatal e económica en nós dende a nossa mais tenra infância. Se bem isto nom tem por que ser así (xs pais e maes nom devem concordar necessariamente com o *status quo*), procura-se, mediante o control dos medios de

¹⁷ “El 73% de los reformatorios pasa a manos privadas en solo 5 años”. El País, 19/05/2006.

(http://elpais.com/diario/2006/05/19/sociedad/1147989602_850215.html)

comunicação massivos e dos “espectáculos”¹⁸, a aceitação social geral das ideias promovidas pelo Estado e a gente proprietária das maiores empresas e fortunas (abreviando, o Capital). Se bem, no passado não havia meios de comunicação massivos, já existiam protótipos de grandes espectáculos como meio de distração e adoutrinamento estatal e eclesástico (como o teatro religioso medieval, financiado e promovido desde o Estado em segundo que casos), sumado ao feito da incultura massificada – esta atopava-se acessível a mui poucas pessoas – e à maior repressão da dissidência em geral.

3. Tomando já ao indivíduo “educado”, ou em processo de, atual, pretendem-se encaminhar as suas ânsias de conhecimento (e as suas necessidades económicas, e a sua força de trabalho) de tal maneira que beneficiem ao mercado laboral imperante, fazendo-lhe aspirar a uma profissão concreta que poderá conseguir (ou não) em função das suas oportunidades de classe e económicas e, o mais importante, integrando-o deste jeito no sistema; à vez que se lhe ofertam drogas e entretenimentos vários como vias de escape à frustração gerada pela maquinaria autoritária estatal e as discriminações em geral (já não só adultistas). Desta maneira, fecha-se o ciclo e fomenta-se no novo indivíduo integrado a procriação e a perpetuação do sistema adultista.¹⁹ Cabe dizer, por último, que se não se

¹⁸ Veja-se *A sociedade do espectáculo* de Guy Debord (1967)

¹⁹ Este último ponto não entra em contradição com o feito de que, no passado, apesar da existência da maioria de idade e os reformatórios envia-se-se aos menores a trabalhar jornadas extenuantes em trabalhos pouco ou nada qualificados, pois nesses casos a situação beneficia à burguesia/estamento superior da sociedade; ao meu juízo, os avanços sociais do século XIX, incluindo a educação pública, foram aceitados pelo Estado para poder aumentar a sua influência na presença e na dependência das pessoas que o conformam e como método eficaz de apaciguamento dos movimentos insurreccionais e de luta social que surgiram ante as paupérrimas condições de vida; método que mantém-se ainda agora. Desde logo, existem outros fatores para explicar a estranha “benevolência” do

atopa finalmente trabalho, seguirá a se depender económicamente de pais e maes, puidendo ser dominadxs a vontade delxs até a chegada da madurez adulta (sobre os 30 anos). Em casos extremos de autoridade exacerbada de pais e maes e sumissom dxs filhxs, a dominaçom persistirá nessa etapa, ou incluso durante mais tempo.



5. A alternativa educativa: ensino libre e paidocentrismo²⁰

Bem, talvez tendo lido todo o que escrevim estejas anonadadx. ¿É que acaso se pode imaginar alguém um tipo de educaçom e um

Estado durante os últimos cem anos (surgimento da União Soviética, necessidades do sistema post-industrial...), pero esse é um tema aparte e da para outro livro ou fanzine.

²⁰ O paidocentrismo é, coma oposiçom lógica ao sistema de ensino autoritário e centrado no profesorado (“magistrocentrismo”) aquele que se centra nxs alunxs de maneira individualizada e ajuda-lhes a desenvolver o seu máximo potencial.

tipo de família que não implique o sometimento da criança aos pais e mães, nem do alunado ao professorado? A resposta é um claríssimo e rotundo sim. Veremos agora as instituições educativas que intentaram mudar o ensino tentando que os seus/suas alunos lograssem a autorrealização através do conhecimento que desejassem, ao contrário dos cânones da educação estatal típica.

As escolas de pedagogia antiautoritária e alternativa têm uma trajetória prática que remonta-se a finais do século XIX-início do XX, ainda que alguns dos seus postulados já aparecem em obras historicamente anteriores (como pode ser o caso do *Emílio* de Rousseau, no século XVIII). As primeiras iniciativas nas que se tenta aplicar este modelo são criadas entre finais do século XIX e meados do XX, aparecendo num lapso de uns 50 anos as *Instituciones Libres de Enseñanza*, de Giner de los Ríos (as quais tiveram alunos da altura de Juan Ramón Jiménez e Ortega y Gasset), as escolas de Maria Montessori (cuja fim era a autonomia plena como indivíduo da criança, e não a sua especialização e saída ao mercado de trabalho e que na atualidade são geridas pela Fundação Montessori), a Escola Moderna de Ferrer e Guàrdia (obreirista, sem intervenção eclesiástica e sem prémios nem castigos) ou a Escola de Summerhill, a qual penso que é um dos melhores exemplos dos que posso falar, dado o facto de que siga operativa e alguns dos seus surpreendentes postulados. Todas estas instituições têm, em geral, vários pontos em comum; em geral, promovem o desenvolvimento pleno do indivíduo mediante a sua formação através dos conhecimentos livremente escolhidos para aprender por si, “rehumaniza-se” ao alunado voltando-o a pôr em contacto com o meio ambiente e através da aprendizagem mediante o jogo e as relações sociais e se lhes educa num ensino livre de dogmas e fanatismos políticos e religiosos.

Por exemplo, o antes mencionado Colégio Summerhill, em Inglaterra, é um centro educativo privado que possui algumas das qualidades mais surpreendentes que achei neste tipo de centros. As características mais resenháveis deste centro são, por exemplo, a não-obrigatoriedade da assistência às aulas, o trato

professorado-alunado desde umha posiçom horizontal, é dizer, sem privilégios nem autoridade por parte da ou do mestre ou a decisom comunitária das normas, incluíndo a todo o alunado do centro e salvando exceçoms de índole económica ou estrutural (coma a contrataçom de professorado, preço das taxas...), que quedam en maos da diretiva. Todo isto, engadindo ademais um grande número de atividades lúdicas e talheres artísticos, os quales som, também, de assistênciam voluntária. Pesse ao qual, dito seja de passo, xs alunxs participam.

Haverá quenes exclamem con horror, como levam décadas profirindo xs detratorms da escola, contra este tipo de características; ao ver a autoridade socavada do ou da professora falarám de libertinagem e de caos. Nom podem estar mais errados. Como já dixem, no colégio Summerhill existem normas de comportamento, ademais de assembléias nas que se debatem, entre outras cousas, os problemas e fricçoms que podam surgir entre os membros da comunidade²¹; axm infratorms dessas normas se lhes destina a fazer trabalhos comunitários coma ajudar no teatro, na cozinha, etc. Dado que esta sorte de “castigos” som realizados como jeito de proposiçom votada em assembléia contra a ou o infrator (normalmente, maior e recém chegadx ao colégio), pode-se deduzir que o seu descumprimento conlevaria o baleiro por parte dms seus/suas companheirxs. Ademais, está proibido dentro da escola o consumo de drogas ilegais, tabaco e alcool. Alexander S. Neill, o fundador da escola, admite numha entrevista o feito de que a sua particular “democrácia” nom é perfeita, pois implica o sometimento dumha minoria à maioria²²,

²¹ De feito, o seu é um sistema assembleário bastante completo no que se incluem comités, cargos coma Tribunais ou Defensores do Povo e umha absoluta igualdade em quanto a crianças e adultxs para expôr problemas (sendo resoltos em cada reuniom ou assembleia). Para mais informaçom, visitar o sítio web da escola (em inglés):

<http://www.summerhillschool.co.uk/> (seçom *About Summerhill*).

²² *Hablando sobre Summerhill*, Capítulo III (*Pupilos*) punto 5. Entrevista com Alexander Sutherland Neill.

(<http://www.iutep.tec.ve/uftp/images/Descargas/materialwr/libros/AlexanderSutherlandNeill-HablandoSobreSummerhill.pdf>)

ainda que também poderia-se tentar o fato de darlhe soluçom a este tipo de problemas polo meio do consenso.

Assi pois, contrariamente ao que se poda pensar de entrada, xs alunxs formadxs nesta escola saem de aí, polo geral, cun nivel equivalente ao dxs alunxs de escolas británicas, segundo contam xs seus/suas propixs antigxs alunxs²³; proba disso parece ser o feito de que leve já mais de 90 anos em pé (desde 1921) pese ao acosso institucional británico e ao fato de que o Estado nom puidera dar argumentos razonados para o seu feche. Todo isto, logrado sem que o alunado tenha incentivos positivos ou negativos e desenvolvendo as suas qualidades intelectuais e artísticas polo seu próprio interesse, quitando imposiçons, favoritismos e notas académicas.

Até aquí a breve exposiçom sobre o colégio Summerhill; falemos agora de quenes decidem ensinar axs seus/suas filhxs pola sua conta.

Hai maes e pais, atualmente, que optan por educar axs seus/suas filhxs na casa, ante a negaçom do seu sometimento ante autorxs e conhecimentos impostos dende as autoridades estatais ou eclesiásticas. Persoalmente, ainda que parece-me louvável o feito de que haja gente que se rebele contra o sistema educativo obrigatório e estatista, o “homeschooling” (que é coma se conhece a este sistema) parece-me um arma de filo duplo, em tanto que os e as maes e pais tenham absoluta liberdade para educar axs seus/suas filhxs em dogmas religiosos fechadísimos, em ideias e prejuízos próprios e, nom menos importante, no menor e mais restringido contato dxs filhxs com gente da sua idade, co que o intercâmbio de ideias queda limitado – isto sucede em, por exemplo, algumas comunidades religiosas do interior dos Estados Unidos -. Parece-me, polo tanto, um sistema perigosso, no que xs maes e pais, ademais do seu papel de progenitorxs,

²³ *Mi experiencia en Summerhill* (Chae Eun Park – 25/02/2010)
(<http://educaciondemocratica.wordpress.com/2010/02/25/mi-experiencia-en-summerhill-por-chae-eun-park/>)

adquirem o papel de profesorxs, puidendo-se assi (ainda que nom necessariamente) incrementar as suas atribuçõs autoritárias. Nom obstante o dito respeito a comunidades fechadas, nom aplico a minha crítica à educação comunitária em geral, e, de feito, penso que o futuro da educação depende dela em boa medida; mas sempre que seja um ensino em igualdade de condições para todxs xs implicadxs e no que se inculque a liberdade, a solidariedade, a justiça, e, por enriba de todo, a formaçom dumha mente livre e escéptica. Se nom se cumplem essas condições, tratadas de poner em prática nas escolas antes mencionadas, muito me temo que a crise educativa e a estandarizaçom da estupidez e da ignorância seguiram imparáveis o seu curso.



Talvez pensesdes que um indivíduo educado deste jeito pode nom ser útil para a sociedade. Ao fin e ao cabo, diredes, chega un ponto na vida de todo homem ou mulher no que se adoita escolher a maneira de contribuir à sociedade em funçom do que melhor se lhe de a cada quem, e para isso deve haber pessoas com conhecimentos da matéria que especializem aos indivíduos em aquilo que desejem aprender. Bem, ainda que esse pensamento,

como todo, é discutível, haveria que admitir que, *a priori*, tedes razão; sem embargo, os modelos educativos comentados anteriormente neste fanzine som perfeitamente traspasáveis à educação superior. Deixando de lado o marcado aspecto mercantilista da educação superior atual (o caríssimo e case obrigatório aprendizagem de posgrados, por exemplo), as críticas realizadas anteriormente tenhem igual validez para a universidade. A enorme rigidez em quanto aos conhecimentos impostos no ensino, a falta de diálogo professorado-alunado, a imposição de conhecimentos ao alunado, a competitividade institucionalizada (feito que também reflite-se no mantemento do sistema de notas)... som inerentes a toda a educação em geral. Talvez chamedes utópicos aos modelos que propugnam acabar com esta rigidez e propugnedes que é necesária a hierarquizaçom para asegurar a homogeneizaçom da educação em quanto ao estudado. Pero é que realmente essa homogeneizaçom nom existe! Nom van aprender os mesmos conhecimentos três estudantes de medicina de Espanha, Sudáfrica e Hong Kong, por exemplo. É mais, dentro do próprio Estado espanhol, as matérias podem diferir bastante segundo as universidades ou as comunidades autónomas nas que se impartam. Tampouco daram um diploma distinto ao aluno que tarde nove anos em sacar-se a carreira respectu ao que tarde quatro, ainda que o primeiro terminasse aprovando os examens por pura inércia. O professorado também pode influir, dependendo de se se explica melhor ou pior, ou em base aos seus critérios, dará mais importância a uns conhecimentos ou a outros. ¿Onde queda entom essa homogeneizaçom de conhecimentos, nociva e até certo ponto prepotente?

Por último, também gostaria de mencionar o exemplo das *Universidades de la Tierra*, centros de estudos superiores creados nos Estados de Oaxaca e Chiapas (México) por e para a comunidade indígena daquele lugar, no contexto do levantamento

do EZLN iniciado em Chiapas em 1994.²⁴ Se bem, o conceito de “universidades” libertarias, como representação do ensino superior em geral, foi mui pouco explorado até a data presente, dadas as circunstâncias, gostaria de destacar as principais características deste centro educativo: e é que neste centro, baseado na filosofia do pensador Ivan Illich, nom hai nem alunado nem professorado propriamente ditos. O que fai a instituiçom é conetar a umha pessoa que deseja aprender umha matéria com outra já formada na mesma, de maneira que aprenda os conhecimentos, ferramentas e ritmos que a ocupaçom supom. Assi pois, ninguém controla ao ou à aprendiz nem x perseguem ou dim o que deve fazer ou deixar de fazer; mais bem, é o ou a mesmx aprendiz, interesadx na adquisiçom dos conhecimentos, quem deve ir na procura dos mesmos. Por exemplo, no caso de que haja alunos que manifestem a sua necessidade de ferramentas suplementárias para avanzar na sua aprendizagem (por exemplo, a informática), a própria Universidade organiza talheres nos que estruturar sessons específicas para cubrir as necesidades que surjam durante el aprendizaje²⁵. Por todo isso, parece-me um exemplo especialmente relevante em quanto à realizaçom de trabalhos técnicos e práticos; nom obstante, queda aberta a possibilidade de contemplar outros modelos de organizaçom para ramas da educaçom máis abstractas ou complexas en general (coma a atual carreira de Física, por exemplo). Porém, tendo em conta que o principal acicate para umha aprendizagem de qualidade deve ser o interese do ou da alunx e a amenizaçom do conhecimento, nom duvido do surgimento de modelos antiautoritários baseados nessa premissa.

²⁴ Exército Zapatista de Liberaçom Nacional, guerrilha de caractere marxista libertário (antiautoritária) que controla varias zonas de Chiapas dende a insurreiçom armada que deu começo nesse ano.

²⁵ *La Universidad de la Tierra en México: Una propuesta de aprendizaje convivencial* de Jon Igelmo Zaldívar, UCM (http://www.academia.edu/4699834/La_Universidad_de_la_Tierra_en_Mexico._Una_propuesta_de_aprendizaje_convivencial)

Un clima antiautoritario

Veamos los escritos de los pedagogos institucionales para un clima antiautoritario:

- La libertad de elección de métodos pedagógicos
- Transformar el conocimiento en procesos de aprendizaje
- Vida cooperativa desde el principio y no como un objetivo a logra
- Diálogo constante en clase entre los niños, y entre ellos y el profesor
- Autogestión y respeto por las instituciones libremente creadas por los escolares
- Importancia del espacio escolar, de su diseño y especialización
- El profesor deja de ser un metodólogo para convertirse en un libertador
- La escuela institucional debe estar abierta a la realidad externa

Epílogo

E, como dixo Dom Quixote, até aquí chegamos, amigo Sancho. Espero que este fanzine te servisse de inspiraçon, se es jovem, e como reflexom acerca dos teus privilégios, se es adultx, pois este é o propósito do mesmo. Realmente, este é um tema que em principio pode causar rexeitamento, pois nom é falso o feito de que a discriminaçon à mocidade minusvalorouse ao longo das décadas e dos séculos e que se começou a investigar recentemente; porém, a minha ideia ao escrever este breve texto (pois, como dizia ao começo, este es un tema que podría ocupar libros interos) é alertar acerca dum feito do que nom parece haber interés. **E é que o adultismo é a pior de todas as discriminaçons, pois ademais de ser umha discriminaçon em sí, é a génese de todas as demais.** Se bem as discriminaçons podem ter a sua origem em macro-aparelhos burocráticos coma o Estado ou a Igreja, o certo é que servem-se, como já vimos, de todos os cânones institucionais familiares para transmitir o ódio de geraçon em geraçon, para aquelxs demasiado febles e cegadxs como para questionar-se-lho.

Assi que a próxima vez que vejas à tua mae ou ao teu pai, ao teu professor ou a tua professora, a qualquer familiar, conhecidx ou representante da autoridade levantar-te a mao, tratar-te de maneira inferior pola tua idade ou tentar imponherte ideias alheas a ti, **rebela-te, nom te cales e luta.** Se te fam a vida impossível, organiza-te com xs tus companheirxs, no colégio, no instituto, nas propias ruas. Create sindicatos estudiantís, okupade casas e convertide-as em centros comunitários para quenes se fuguem do fogar paterno, defendede-vos de quenes vos intentam reprimir. Se há de haver umha emancipaçon dxs menores, terá que ser em boa parte pola obra dxs propixs menores. **¡Luitade polo tanto para consegui-la!**

Assi que a próxima vez que vejas ao teu filho ou à tua filha manifestar as suas ideias e o seu jeito de ser, ainda que sejam completamente distintas às tuas, apoia-lhe e nom x reprimas. Nom x consideres inferior por ter menos idade, considera a sua experiencia vital coma distinta da tua e cria-x de maneira que poda chegar a ser um ser humano forte, livre e que nom dependa nem de ti nem de nengum ente que pense por el ou por ela. **Porque no fondo sabes que é o que terias desejado que xs teus progenitores fixeram por ti.**

Só queda-nos, polo tanto, asegurar-vos, rapazas e rapaces, que dende aquí, dende este diminuto recanto da civilizaçom ocidental seguiremos luitando, em espera de que fagades o mesmo, tomedes as rendas da vossa vida e de que, juntxs, podamos acabar com o adultocentrismo. Até entom, boa noite e boa sorte.

Alexanthropos Alexgaias. Galiza, outono de 2014.



Ainda que a aclaraçom poda parecer óbvia, este fanzine nom tem copyright. Sinte-te livre de compartilha-lo, difundi-lo, fotocopia-lo e redistribui-lo.

**Xs jovens somos pessoas livres e independentes, e
nom propriedade de ninguem. E já vai sendo hora
de nos mobilizar para demonstra-lo.**

Informaçom de contato:

Correio da distri: distripolaris@riseup.net

Correio do autor: theripper@riseup.net

¡Visita nosso blogue!

distripolaris.noblogs.org

